

Governador defende Assembléias

Recife — O Governador de Pernambuco, Roberto Magalhães, alertou ontem as Assembléias Legislativas para fazerem valer seu direito constitucional, garantido pela emenda número 22, de indicarem os delegados estaduais ao Colégio Eleitoral, caso o Congresso não venha, por alguma hipótese, a regulamentar o processo de eleição indireta.

Segundo ele, as Assembléias poderão até recorrer ao Poder Judiciário pois a emenda constitucional número 22 é clara quando afirma que o Colégio será composto dos senadores, deputados federais e de delegados das Assembléias Legislativas, indicados pelas bancadas majoritárias.

Sofisma

O governador considera um “sofisma” a posição dos que acreditam que, não regulamentado, o Colégio não funcionará. Esclareceu que os preceitos estabelecidos pela emenda número 22 são “auto-aplicáveis, não dependem de regulamentação. Cada Assembléia deve ter sua autonomia e recorrer à Justiça, caso seus direitos não sejam respeitados” — esclareceu.

“Os estados já não têm autonomia financeira — observou. — Será que até para as Assembléias indicarem seus representantes é preciso que Brasília nos dite as regras? Devemos nos preparar para não darmos trégua aos que apostam no impasse.

Além

Magalhães reafirmou que não pretende ir aos comícios da candidatura Tancredo Neves por entender que é necessário manter o PDS estadual unido e assegurar os seis votos da Assembléia Legislativa ao candidato da Aliança Democrática.

— Meu apoio a Tancredo é tanto mais importante quanto maior número de votos eu garantir para ele no Colégio. Para isso, a minha presença nos comícios e o meu posicionamento público valem pouco.

Indagado sobre um pronunciamento do Deputado Federal malufista Fábio Perez, que o incluía no rol dos indecisos, ele fez apenas uma observação: “Não conheço este senhor e não respondo a vozes do além”.